

## CRIANÇAS NA RUA

### INFÂNCIA, TRAJECTOS DE VIDA E PRÁTICAS SOCIAIS

**Sara Cristina Grund de Oliveira Gamito Fernandes**

Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança  
sara\_grund\_oliveira@hotmail.com

#### Resumo

Trata-se de uma comunicação simples, fala de gente simples que não percorre um caminho simples e para quem “o que há-de vir” não se perspectiva assim tão simples. Têm entre os seis e os dezasseis anos, e os seus percursos não são, de todo, trechos retirados dos contos de fadas que qualquer um de nós escreve para os seus filhos.

Fruto de muitos estudos e investigações, reina, nos nossos dias, a teoria de que o indivíduo se desenvolve de acordo com um poder quase inverosímil de moldagem de identidade, predefinida por padrões impostos pela sociedade. Torna-se normal e apto quem obedece a um percurso linear de ascensão, e ganha direito a um rótulo de “aberração” social, todo aquele que se desvia desta *norma que de uma forma normal* se impõe.

Noutras cidades de Portugal e do mundo chamam-lhes “meninos de rua”, mas em Braga, cidade escolhida para a investigação, todos têm família, todos têm casa, mas em casa, “não se sentem em casa”... e então vêm para a rua. Reclamam para si um espaço nu, um espaço vazio, enchem-no; partilham tudo aquilo que não têm com outros que também não têm; aprendem códigos de (sobre)vivência pessoal e familiar num espaço que é no fundo o espaço de todos nós, mas que nenhum de nós reclama; dão-lhe cor, movimento, timbram-no, enchem-no.

Num dissertação em que se dá voz à(s) criança(s) em situação de risco, choca-se constantemente com o adulto, com o poder público, capaz de discursos, ora de defesa e protecção à “vítima”, ora de impotência e passividade cúmplice perante o fenómeno, deixando revelar uma adaptação à fatalidade das suas causas e consequências.

Num exercício académico que se foi tecendo a partir de uma partilha no terreno,



crianças e eu, actores envolvidos nessa mesma partilha, ambos nos assumimos como sujeitos e objectos de um estudo, em que se à partida eu ocupava o lugar do protagonista, e eles, o dos actores convidados, à medida que o tempo ia passando, foi havendo como que uma redefinição, ou melhor, uma re-atribuição desses mesmos papéis.

Sob o olhar crítico da Sociologia da Infância e partindo do contributo de uma dissertação de Mestrado pronta a apresentar em Setembro, observa-se e discursa-se o fenómeno crianças na rua, encontram-se algumas causas da sua emergência na sociedade dos nossos dias, descobre-se como se organizam estes actores nestes cenários que são os deles, percebem-se os rituais e as interacções que os mesmos protagonizam, e tentam achar-se algumas medidas de solução para um fenómeno em franca e preocupante expansão no mundo.

**Palavras-chave:** Infância; Crianças na rua; Trajectórias de vida.

### **Abstract**

This is a simple communication, talking about simple people who are not taking a simple path and for who “Let’s see what happens” is not such a simple perspective. They are not adults; they are children, teenagers and youths. They are between six and ten, twelve years old and their paths are not paved with the fairy tales any one of us would write for our children.

Nowadays, as a result of many studies and much research, the theory reigns that the individual develops in accordance with an almost improbable power moulding identity, predefined by standards imposed by society. Whoever follows this linear path of ascension is treated as normal and apt, while who ever deviates from this *formal norm* earns the right to a label of social “aberration.

In other cities in Portugal and the world they are called “street kids”, but in Braga, the city under investigation, they all have a family; they all have a house, but in the house “they do not feel at home”... and so go to the street. They complain of a barren space, an empty space that they want to fill; sharing everything they do not have with others who do not have; they learn codes of personal and family survival in a space which is everybody’s space, but which none of us want; they give it colour, movement, personalising it, and filling it.

In a dissertation, which gives a voice to the children at risk, it is a constant shock

as an adult, that public powers, capable of speeches defending and protecting the victim, are impotent and passive accomplices in the phenomenon, revealing a fatalistic adaptation to its causes and consequences.

In an academic exercise in which children and I were interwoven in an area of land, with both parties taking on the role of subjects and objects of study, in which from the start I occupied the position of protagonist, and they, the invited actors, with the passing of time, would be able to redefine or better still re-attribute the same roles.

Under the critical eye of Child Sociology the phenomenon of street kids is observed and discussed and some of the causes of this emergency in our modern day society have been found. How these players are organised in these scenarios is discovered, while the rituals and interactions of the same are understood. Furthermore, there is an attempt to suggest some measures to resolve a phenomenon that is worryingly expanding worldwide.

**Keywords:** Childhood; Street children; Life trajectory.

### **Uma Mão Cheia de Ideias...**

Proponho-me a falar de gente simples... gente simples, que não percorre um caminho simples e para quem "o que há-de vir" não se perspectiva assim tão simples. Não são adultos, nem sequer adolescentes ou jovens, são crianças. Têm entre os seis e os dez, doze anos, e os seus percursos não são, de todo, trechos retirados dos contos de fadas que qualquer um de nós escreve para os seus filhos.

Fruto de muitos estudos e investigações, reina, nos nossos dias, a teoria de que o indivíduo se desenvolve de acordo com um poder quase inverosímil de moldagem de identidade, predefinida por padrões impostos pela sociedade. A cultura, a educação, a economia, a religião, e outras estruturas mais ou menos abstractas, formam a teia social, a que o sujeito, preso desde sempre, recorre e suga tudo do que necessita para se desenvolver, imitando todos os seus parceiros de teia. Torna-se normal e apto quem obedece a um percurso linear de ascensão, e ganha direito a um rótulo de "aberração" social, todo aquele que se desvia desta *norma que de uma forma normal se impõe* (perdoem-me a redundância).

O normal e a "aberração"... O normal é facilmente encastrável na realidade social, enquadra-se no "comm'il faut" de qualquer sociedade... a aberração obriga-nos



a jogos de bastidor, remete-nos para subterrâneos escorregadios, contraria a lógica da estrutura social, faz reflectir realidades que alguns prefeririam continuar a ignorar...

Noutras cidades, não tão distantes, chamam-lhes "meninos de rua", mas em Braga, cidade escolhida para a investigação, todos têm família, todos têm casa; todos têm casa, mas em casa, "não se sentem em casa"... e então vêm para a rua. Reclamam para si um espaço nu, um espaço vazio, pretendem enchê-lo, vesti-lo; partilham tudo aquilo que não têm com outros que também não têm; aprendem códigos de (sobre)vivência num espaço que é no fundo o espaço de todos nós, mas que nenhum de nós sente necessidade de reclamar; dão-lhe cor, movimento, musicalidade, timbram-no, enchem-no.

Na base de uma pesquisa como esta, simples como já referi, acha-se o princípio, também ele simples, de que as crianças são actores, activos e criativos como tal, que desempenham o seu papel, num palco, que partilham com outros actores, os adultos, também em cena, que as observam e com quem contracenam, e cuja cultura, delas também depende para se produzir. Numa cena, em cujo pano de fundo se tece uma sociedade actual, interage o desempenho de uma infância com espaço próprio, que deve ser encarada como uma categoria social "em movimento", cujas acções se organizam numa estrutura que vai mexer na estrutura social adulta e em todas as relações que aí se desenvolvem.

Através de uma incursão histórica às diferentes definições de infância, traça-se o perfil de uma infância contemporânea, que nos apresenta uma criança activa e participativa, uma criança produtora de cultura própria... uma criança que resulta dos muitos traços e das inúmeras tentativas de esboço do passado, em que a definição de infância nem sempre foi a mesma...

Observa-se, compreende-se e discursa-se o fenómeno crianças na rua, encontram-se algumas causas responsáveis pela sua emergência na sociedade dos nossos dias, descobre-se como se organizam estes actores, nestes cenários que são os deles, percebe-se quais as encenações, os rituais e as interacções que as mesmas protagonizam e descobre-se qual o entrelaçado dos seus mundos que se cruzam obliquamente.

Numa pesquisa em que se pretende dar voz à(s) criança(s) em situação de risco, choca-se constantemente com o adulto, capaz de discursos, ora de defesa e protecção à "vítima", ora de impotência e passividade cúmplice perante o fenómeno, deixando revelar uma adaptação à fatalidade das suas causas e consequências.

Em pouco tempo se conclui estar perante gente simples de facto, (in)consciente relativamente à realidade que ocupa, com sonhos e expectativas próprias de quem teve direito, tal como todos os outros, a nascer, a crescer... a ser.

Num esforço académico, que se tece a partir de uma partilha no terreno, crianças e eu, actores envolvidos nessa mesma partilha, ambos nos assumimos como sujeitos e objectos de um estudo, em que se à partida eu ocupo o lugar do protagonista, e eles, o dos actores convidados, à medida que o tempo vai passando, há como que uma redefinição, ou melhor, uma re-atribuição desses mesmos papéis. Defino-os à partida, como objecto e sujeitos do meu estudo: objecto, porque são eles o meu material de investigação; sujeitos, porque se encontram activamente implicados no processo, são eles próprios os produtores do material que eu procuro, que eu preciso, o material que vai dar sentido a todas estas páginas que se seguem.

Quanto a mim, assumo-me de igual modo sujeito e objecto da minha própria investigação: sujeito, enquanto investigador que sabe o que quer e que procura nesse sentido, que pouco sabe e que se propõe a determinados objectivos; objecto, pela própria implicação num processo que não depende apenas de mim, e em que degraui a degraui, também eu me vou descobrindo enquanto pessoa e investigadora. Pelas razões porque as crianças são objecto, eu sou o sujeito, e pelas razões porque elas são sujeitos, eu sou o objecto. Atribuímo-nos significado. Christensen e Allison (2005) referem-se a propósito, na sua obra, a uma corrente, relativamente recente, que se afirma como uma nova tradição que defende que a investigação que envolve crianças não se deve reger pelo rígido princípio de uma clara distinção entre crianças e adultos; é o meu caminho.

Trava-se como que um jogo, em que a jogada de uns depende da do outro e vice-versa. Deste modo me permito envolver, opinar, questionar, no fundo, participar... participar num exercício teórico, que se alimenta do material obtido num exercício prático previamente feito, que mais não fez do que cruzar e entrecruzar a participação de todos nós. Uma participação, tal como a narrativa final, simples, isenta de formalismos, de formalidades...

### **Para Percebermos do que se Vai Falar**

Aprendiz que me sinto nestas minhas tentativas de incursão ao mundo da Sociologia, mais concretamente à Sociologia que tenta dar voz aos mais pequenos, achei que nada melhor para responder ao desafio de uma dissertação de mestrado, do



que dedicar-me a um fenómeno que já há alguns anos, pela sua não compreensão da minha parte, me vem intrigando... Tinha de facto chegado o momento certo para me dedicar a uma temática a que não tinha ainda tido a oportunidade de me dedicar. São crianças, na rua, não deixam por isso de o ser, constituem-se como tema com pertinência para a sociologia da infância.

Penso que uma ou outra reportagem jornalística a par de uma telenovela brasileira com os seus "inconvenientes" meninos de rua, que diariamente irrompiam em grandes grupos, pelas nossas casas adentro, nos colocaram, a nível nacional, perante uma realidade "lá de fora", que se calhar, se começava a desenvolver também cá dentro... no entanto, as páginas que vos apresento não pretendem reflectir uma realidade distante como é a do Brasil, mas antes, uma realidade que "mora ao lado".

Estamos em Braga, talvez não possamos falar em meninos de rua tal e qual os concebemos no Brasil ou noutro país da América Latina, ou mesmo noutras cidades do nosso Portugal, mas de meninos na rua, de meninos presos à rua, meninos que pela (não) retaguarda familiar e social, vivem entregues à rua, vivem como tal em situação de risco (conceito a clarificar mais à frente)... Bandeira, Koller, Hutz e Forster (1994), apontam no sentido da não existência de um conceito claro e consensual relativamente à expressão crianças de rua.

Até aos anos 80, as crianças e jovens que eram vistos nas ruas das grandes cidades, eram designados como menores abandonados, e o perfil que se tinha deles correspondia essencialmente ao de crianças carentes, menores infractores, com comportamentos divergentes ou condutas anti-sociais. A estas expressões associava-se geralmente a imagem de crianças e adolescentes pobres que habitavam as ruas e que não mantinham nenhum vínculo familiar; Ribeiro (1987) fala em crianças provenientes de «*lares desfeitos*», «*desorganizados*» e «*desestruturados*».

Nos anos 80, de um crescente interesse pelo tema, consequente surgimento de vários estudos (Gonçalves, 1979; Oliveira, 1989; Rizzini, 1986), surge a denominação "meninos de rua" ou "crianças de rua" que vem abanar com a imagem que até aí predominava, a imagem de crianças totalmente desvinculadas de casa, com uma ruptura total dos laços familiares na origem da fuga das mesmas para a rua. Estes estudos vieram acrescentar que muitas dessas crianças tinham efectivamente família, que viviam com os pais e que o número de crianças entregues a si próprias era bastante inferior ao inicialmente pensado. Este dado é mais tarde confirmado por Brito (1992).

Rizzini (1992) refere que a expressão "meninos de rua" pode ser compreendida sob duas perspectivas: aquela em que as crianças e os jovens vivem e sobrevivem nas ruas, e aquela em que as crianças são oriundas de bairros populares recorrendo à rua para contribuir para o orçamento familiar. Surgem assim dois termos diferenciados: "meninos de rua" para designar o primeiro grupo, o grupo das crianças que vivem de facto na rua, e "meninos na rua" para designar o segundo grupo, aqueles que recorrem à rua e embora passem aí a maior parte do seu tempo acabam por regressar a casa nem que seja só para dormir.

No entanto, e como estas expressões servem uma melhor compreensão das diferenças existentes dentro de um mesmo grupo social, o grupo das crianças e jovens que se apropriam da rua para garantir a sua sobrevivência, tende-se a aceitar o termo "meninos de rua" que incluiria todas as crianças, independentemente do tipo de vínculo à família e consequentemente à rua.

Assim, e na sequência do que vem sendo dito, Notto e colaboradores definem "meninos de rua" como:

*"(...) crianças e adolescentes que vivem nas ruas trabalhando, preambulando ou esmolando, tirando o sustento de actividades como tomar conta de carros, vender objectos em faróis, furtar, etc. Muitos foram abandonados pelos pais, fugiram de casa ou simplesmente fizeram da rua uma fonte complementar de renda da família. Vivem em pequenos grupos que, obedecendo a uma hierarquização, seguem regras e utilizam vocabulário característico."* (1993, p. 5)

Mais tarde, Koller e Hutz (1996) viriam finalmente a sugerir a terminologia "*crianças em situação de rua*", termo que consideram englobar o "menino de rua" e o "menino na rua".

Quanto a mim, e depois deste breve esclarecimento, opto pelas crianças na rua, embora me refira constantemente às "minhas crianças na rua"...

Senti necessidade de as compreender, de compreender o que está para lá da visão que as considera excepções à regra, situações anómalas do contexto de socialização, dos sistemas de valores. Chegado que estava então o momento, quis conhecê-las, quis, muito simplesmente, compreendê-las... e muito simplesmente resolvi dedicar-lhes as páginas de uma dissertação que pretende ser algo mais do que um exercício académico em forma de um livro qualquer, que ganha pó numa prateleira qualquer, de uma qualquer biblioteca.



Quando se fala em crianças, em jovens, em universo infanto-juvenil, persiste, teimosamente, nas nossas representações e mecanismos de compreender a teia social, algo que está por conhecer, muito que está para saber. Mergulhamos num vazio, entramos num quarto às escuras. Referimo-nos a mais uma daquelas "coisas" acerca das quais se sabe muito pouco, e que com o objectivo de colmatar a lacuna, se diz muito. Trata-se de um universo vasto, distante, enigmático e temerário. Uma das constelações ainda pouco sondada, talvez pelo seu afastamento, não físico, mas simbólico cultural, é o fenómeno subterrâneo das crianças, ainda meninos, que na rua são perfilhados e ali (a)guardam a sua herança. São vultos, "homúnculos", despojados de herança e divorciados, provocatoriamente, da amálgama de coisas que a vida social reclama – património económico, cultural e político-ideológico – *noblesse oblige*. Nesta lógica Darwinista, a criança de rua, segundo Lucchini, *"É considerada unicamente como objecto de medidas ou penas, mas nunca como portadora de uma identidade pessoal ancorada numa cultura específica e tendo a sua própria autonomia"* (1993, p. 11).

Habituíamo-nos a que os discursos analisem as "aberrações sociais", não como um fenómeno em si, mas antes, numa perspectiva de comparação com o que é socialmente normal, e como tal, comumente aceite. As crianças na rua não fogem a esta regra, e aparecem como "o que deveriam ser" e não " pelo que são". É em contraposição a esta linha que pretendo encaminhar a minha pesquisa; investir numa tomada de consciência relativamente a esta realidade, enquanto realidade em si, e perceber quem são estes meninos e qual a razão dos seus trajectos.

A reflexão que se segue, não se desvia nunca de dois pressupostos fundamentais, que a meu ver, o salpicam de alguma originalidade e podem distingui-lo de outros com os quais partilha o tema: o primeiro pressuposto a que nos referimos, assenta no princípio de que as crianças, agentes sociais activos, são produtores de uma cultura própria que interfere na produção social dos adultos. Cabe-nos então o dever de lhes dar voz, e interpretar os seus discursos, não à luz de uma racionalidade adulta, instituída, comumente aceite, mas antes, à luz da racionalidade própria da fase em estudo; o segundo pressuposto assenta, de acordo com Corsaro (1997), no princípio de que a infância é, porque se encontrar afecta à estrutura social e a todo um conjunto de relações recíprocas que nessa estrutura se desenvolvem, uma forma estrutural em si.

Esclarecido e assente que está o facto de que nesta investigação se pretende



ouvir aquele que se constitui, tal como eu, simultaneamente sujeito e objecto de estudo, o caminho traçado vai no sentido de ir ao encontro destas crianças, conhecê-las e esperar por tudo aquilo que elas certamente têm para partilhar comigo. Acredito que seja este o caminho certo:

*"As crianças constituem um grupo social, uma característica permanente da sociedade, e deste modo o seu conhecimento do que significa ser uma criança e o que significa para elas relacionarem-se com indivíduos e grupos sociais adultos é necessário como parte da tarefa de melhorar a nossa compreensão sobre como a ordem social funciona"* (Christensen e James, 2005, p. 123)

Optei conscientemente por um perfil metodológico de orientação etnográfica porque me interessa mais do que as suas opiniões, mais do que as suas descrições, as suas ânsias ou as suas expectativas... *"Faz parte das nossas novas conceptualizações das crianças, deste modo, que as vejamos como conhecimento, mais do que com a definição mais transitória e superficial de «perspectiva», «visão» ou «opinião». Defendo que, através dos diálogos com crianças, podemos aprender sobre o que elas conhecem e, até certo ponto, como elas aprendem* (Christensen e James, 2005, p. 123)."

Algumas das "minhas crianças na rua", encontrei-as num centro... outras não, encontrei-as por aí! Achei que as "minhas crianças na rua" do centro se comportavam muito de acordo com o exigido, se apresentavam demasiadamente institucionalizadas, padronizadas... um dos objectivos destas instituições situa-se precisamente ao nível do controlo, da tipificação dos seus comportamentos, das suas acções. Levam-nas a pensar no que é "socialmente correcto", no que é preciso para uma integração com êxito. Quis ir mais longe e senti necessidade de conhecer "uma criança na rua" que *"não quer saber dessas coisas para nada"*, que sobrevive sem a ajuda desses centros que tentam colmatar lacunas, algumas dos pais, outras da escola, outras das próprias crianças, e quem sabe se outras de todos nós...

Não se tratou claramente de uma tarefa simples, mas não a teria concebido de outra forma. Coulon (1992) refere-se à necessidade de compreender as acções dos indivíduos e de aceder do interior aos seus mundos particulares, cabendo posteriormente ao investigador, a tarefa de os descrever, compreender e analisar, sobretudo sob a perspectiva das práticas sociais.

É o material obtido nestes contactos, a base da minha reflexão. Fascinam-me e



prendem-me todos aqueles ensaios, académicos ou não, que partem das descrições das vidas reais, e tentam, posteriormente, cruzá-las e entrecruzá-las com e nas diferentes teorias, desembocando em explicações capazes de as objectivar, ou fundamentos que as tentam inserir numa lógica de conduta ou mesmo de vida.

Não poderemos nunca dissociá-las da organização, ou se preferirmos, da estrutura social, em que salta à vista a existência disfarçada de um poder, a que se alia uma certa violência, de que "alguém" se serve. A "alguém" é reconhecida a legitimidade de dominar. Deste modo, e quanto ao que nos interessa, a questão fulcral é analisar a legitimidade do uso e abuso de poder por parte de determinado sujeito ou campo constituído por sujeitos, ou seja, perceber a quem é que se reconhece este poder, e entender o que acontece a quem não tem poder. Poderíamos falar em "*estrutura estruturante*" (Bordieu, 1989).

Dentro destes que não têm poder, encaixamos as crianças, centro do problema a que nos propomos dedicar. As crianças na rua, não podem, na minha opinião, ser vistas como a "simples aberração social" de que já falámos noutro ponto, nem se podem pretender esquecidas. E porquê? Porque são crianças, tal como todas as outras, conscientes da sua realidade, com discurso e opiniões, com gostos, com expectativas e aspirações. A diferença entre "estas crianças" e "as outras" não reside no modo de o ser, mas antes, no modo de o exercer.

Estes meninos, filhos de todos nós, são incontornavelmente produto de algo que falha. Quando temos crianças atiradas para a rua, à força, significa que a família, num primeiro plano, e a escola, de seguida, falharam, e falharam também todas aquelas estruturas de apoio que perspectivam uma entrada em acção quando estas falham. Ao socorrer a criança que já está na rua, remedeia-se a situação, não se corta o mal pela raiz...

Torna-se fundamental perceber que a sua forma de vida reflecte a construção do mundo real a que pertencem, que obedece a uma ordem social, a que têm de se conformar e obedecer, ocupando o seu lugar. E é o que estas crianças se limitam a fazer... Penso que numa linha bordieusiana, se poderá falar nas crianças em situação de risco, como fazendo parte de um grupo que se situa no pólo oposto ao grupo dos "bem-nascidos". O conceito de *habitus* vai ajudar-nos a compreender porque é que eu penso que se pode falar em "bem-nascido". O *habitus* refere-se à totalidade do agente social; é gerador de práticas, percepções e pensamentos; é formado e transmitido no grupo; assemelha-se a uma orquestra sem maestro, já que é objectivamente

regulamentado, embora não exista propriamente uma regulamentação; há uma espécie de adaptação objectiva a certos fins sem haver necessariamente uma intenção consciente dessa adaptação; caracteriza-se por um "*Modus Operandi*", ou seja, um estilo de vida. Remetendo isto para o contexto que me interessa neste momento, tem poder quem nasce bem; tem poder quem na infância convive com o poder; tem poder quem cresce com o poder. Por momentos, usei de um pouco de *poder simbólico*, e quis que "poder" se referisse a um conjunto de "*maîtrises pratiques*" que distinguem os agentes sociais uns dos outros. O *habitus* revela o que somos e consequentemente o que fomos, e o "*savoir faire*" de quem tem poder não se confunde com o "*savoir faire*" de quem quer aprender a ter poder. Como seria de esperar, o domínio de códigos sociais que não precisam de ser ensinados, mas que acabam por fazer parte de nós, resultam em mecanismos de selecção social natural (chamemos-lhe assim), que dão origem a um certo racismo social. De um lado quem tem poder e tem legitimidade para mandar, para ocupar um lugar socialmente reconhecido, do outro quem não tem e é mandado, quem reclama por um espaço e por um tempo a que (não) tem direito. Desenham-se então as crianças em situação de risco, herdeiras "de nada", impelidas a construir o seu próprio património, também a partir do nada. Alguns dos estudos cuja objectiva se centra sobre a realidade portuguesa (Luchini, 1993; Pais, 1993; Sebastião, 1995), apontam exactamente para o facto de que estas crianças em situação de risco provêm, na sua esmagadora maioria, de estratos sociais desfavorecidos, habitando em bairros degradados das grandes cidades.

Como educadora de infância, e numa das minhas muitas incursões às Orientações Curriculares, resolvi, um dia, e a propósito da minha realidade profissional desse ano lectivo, centrar-me em dois dos fundamentos articulados sobre os quais elas assentam: o reconhecimento da criança como sujeito activo do processo educativo, o que significa partir do que a criança já sabe e valorizar os seus saberes como fundamento de novas aprendizagens e a exigência de resposta a todas as crianças, o que pressupõe uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação, em que cada criança beneficia do processo desenvolvido com o grupo.

No ano a que me referi no parágrafo anterior, trabalhei com um grupo em que rapidamente me apercebi que a rua seria o "*habitat*" de duas das suas crianças. Como já referi algures, estas crianças tinham casa, mas como em casa não se sentiam em casa, refugiavam-se na rua, reclamando um espaço que sentissem como seu. Eram duas crianças de 5 anos que acompanhavam dois irmãos mais velhos que se



enquadrariam na mesma descrição.

Na altura senti que não percebia o que se passava, que tinha perante mim uma realidade que não conhecia, um mundo edificado ao lado do meu, onde me apercebi que é muito complicado entrar... Achei que poderia fazer uma viagem a estes mundos, e assim, ajudar-me não só a mim, como a muitos outros professores que se deparam com situações semelhantes, e se sentem como eu me senti.

Um estudo com estas características, tem como premissa o respeito pela criança enquanto criança, e não enquanto adulto que será um dia, visa a promoção de práticas que desencadeiam o seu desenvolvimento pessoal e social partindo das suas experiências, das suas vidas e impõe o respeito pela pluralidade das culturas.

Neste enquadramento, e partindo de uma introdução sustentada em "Os Capitães da Areia", um romance clássico, que nos transporta, numa viagem no tempo, até aos longínquos anos 40 do século passado, onde Jorge Amado, narrando sobre os meninos de rua, ou os meninos que mais não têm do que a rua – espaço de conquistas e território de sobrevivência para os «despojados», desmistifica e retrata a fisionomia social destes pequenos seres errantes. Foi o meu ponto de partida, a minha porta de entrada neste mundo... O propósito do romancista, tal como o meu, tanto a nível pessoal, como profissional, retém um único objectivo: ultrapassar a penumbra – percepção social – que os meninos mal «ajustados» arrastam parasitariamente atrás de si, e elevar o campo de análise para leituras mais sintonizadas com os contextos ambientais e outras circunstâncias sociais, que marcam o compasso da evolução humana, plataforma de análise, esta defendida pela matriz interaccionista. Nesta curta impressão digital, sobre a forma como manuseio mentalmente esta realidade, procurarei portanto implodir algumas (pré) ideias institucionalizadas que se ancoram em construções explicativas imediatistas, naturalistas e fatalistas, onde os meninos, crianças, adolescentes ou jovens em contexto de risco, são figuras protagonistas de cenários e argumentos que colocam a nossa contemporaneidade em sério risco de desumanização. Estará isto a acontecer, ou estaremos nós, figuras pensantes dominantes, a perder as faculdades que nos permitem coexistir racionalmente, com as realidades que cruzam e espartilham a nossa forma de observar e inferir o real que nos rodeia?!

### **Resumindo...**

Pus-me na linha de partida e parti... não conhecia o percurso, não tinha a

exacta percepção do esforço, persistência ou vontade necessárias para o concluir, mas concluí.

Nunca omiti as minhas inseguranças, as minhas dúvidas, as minhas fraquezas, pelo contrário, partilhei-as convosco, e todo este trabalho é feito disso mesmo: de dúvidas, muitas dúvidas, de insegurança e incerteza. De algumas fraquezas. De muita força e alguma vontade. De alguns afectos, de muita partilha, dei e recebi. De momentos de pausa, de paragens para reflexão, da necessidade de recuar para logo a seguir avançar:

*"Quando trabalhamos com uma população em situação de risco, convivemos com suas dificuldades, as quais costumam ser de naturezas diversas, e a solução de vários de seus problemas nos parece urgente. Quando estamos sós, geralmente tentamos resolvê-los e terminamos realizando acções que seriam de responsabilidade do poder público ou da própria comunidade, deixando de cumprir, com o tempo e a profundidade necessária, aquilo que é específico da nossa função. Todavia, se procurássemos a solução fora de nós mesmos, ela poderia ser mais efectiva e duradoura."* (Müller e Rodrigues, 2002, p. 83)

### **Do que se Partiu...**

Partiu-se da certeza que este estudo, realizado nestes moldes, só é possível dentro do contexto de uma sociologia da infância em que se esboça o quadro de uma infância e de uma criança que passam, resultado de um longo e moroso, persistente e paciente processo de evolução, a representar motivo de preocupação para adultos e/ou investigadores que gritam por sempre mais conhecimento *para, pelas e com* elas.

Partiu-se de uma infância *"em que o conceito de geração é o elemento-chave para a compreender"* (Christensen e James, 2005, p. 124).

Partiu-se de uma criança activa, participativa, que não se limita a opinar ou a dar ideias, mas a envolver-se activamente na construção de um conhecimento válido relativo a questões que as envolvam, uma criança produtora de cultura própria.

Partiu-se da vontade de ouvir os protagonistas do fenómeno, tentando, através deles, uma incursão aos seus mundos que nos ajudasse na descoberta das causas e consequências, na compreensão das suas vidas, como se organizam, quais os seus rituais, e de que forma, já que partilhamos cidade e sociedade, o seu mundo se cruza com o nosso.



Partiu-se portanto, e tendo em conta os parágrafos anteriores, do pressuposto de que a criança na rua não pode ser apenas encarada como uma aberração social, uma vítima da desgraça, mas antes como tendo uma palavra a dizer relativamente à sorte a que se vai, pelo menos por ora, entregando.

Partiu-se de uma perspectiva que *"consegue aproximar-se das necessidades actuais de tratar estes novos actores sociais a partir de uma perspectiva cidadã em que, mais do que o direito de ter direitos, o que importa é o direito de produzir e usufruir a cada dia de novos direitos"* (Müller e Morelli, 2002, p. 3).

Partiu-se de um adulto, de um investigador que *"questiona a ordem geracional"* e que acredita que *"uma informação de qualidade sobre a infância deve partir da experiência das crianças"* (Christensen e James, 2005, p. 124).

Partiu-se do pressuposto de que *"a etnografia é a metodologia mais eficaz a ser empregue no estudo da infância"* (Christensen e James, 2005, p. 65).

Partiu-se de um contexto em que adulto e criança, investigador e investigado, ambos se assumem sujeito e objecto de um mesmo estudo...

Partiu-se do pressuposto de que a simplicidade é a chave para o sucesso...

### **O que se Procurou...**

Procurou satisfazer-se toda a nossa sã curiosidade, saciar a nossa necessidade de saber, acalmar as nossas ânsias, dar-se resposta a todas as nossas questões.

Procurou saber-se se existem meninos de rua em Braga, suas causas, suas consequências.

Procurou trazer-se à luz do dia os contornos de uma realidade que se pretende esquecida, soterrada... chamar a atenção para um fenómeno que insistimos em não reconhecer que mora ao lado.

Procurou perceber-se se existe alguém ou *alguéns* a apoiar estas crianças, quem são, como se organizam, do que dependem, o que fazem e como o fazem...

Procurou-se, partindo de Braga, porque esse era o nosso objectivo de facto, adquirir uma perspectiva do mesmo fenómeno noutras partes do mundo.

Procurou-se marcar a diferença.

Procuraram-se as relações, os pontos de convergência e os de divergência.

## **E a que Conclusões se Chegou?**

Chegou-se à conclusão simples de que Braga assiste ao desabrochar de um fenómeno que poderemos denominar por crianças na rua... Se recuarmos uns capítulos e atentarmos sobre a definição destas crianças dada pela UNICEF, constatamos pormenores que se cruzam e que fundamentam a razão de existir desta pesquisa.

Vejamos: A UNICEF (1989) define esta categoria como sendo constituída pelas crianças e adolescentes até aos 18 anos que reúnem as seguintes características:

1. Localização em zonas urbanas – O local em análise é Braga, uma cidade portuguesa, entre as primeiras, e o fenómeno prolifera entre as crianças oriundas de bairros relativamente centrais (tendo em conta a planta actual da cidade).
2. Os laços familiares se existem são débeis – Nos casos estudados verifica-se que não há rupturas de facto entre as crianças e as suas famílias, tal como acontece noutros países analisados. Se considerarmos no entanto que as causas edificadoras do fenómeno crianças em situação de rua, se encontram na incapacidade da família em proteger os seus filhos desta sorte, e das características destas crianças, umas resultantes da educação a que (não) foram sujeitas, outras da sua própria personalidade que desenvolve um género de apetência para, poderemos considerar que de facto, os laços familiares, tal como são concebidos pela maioria das famílias portuguesas, se pautam por uma certa debilidade. Não há uma relação familiar que exale emoções, afectos, regras, o controlo necessário...
3. Desenvolvem espertezas e habilidades de sobrevivência – Dos relatos apresentados retém-se a necessidade de adaptação à rua de que emerge o desenvolvimento de um conjunto de espertezas e habilidades, chamemos-lhes estratégias de sobrevivência, essenciais, digamos que vitais, a quem povoa um espaço de todos que não é de ninguém.
4. A rua é o seu habitat principal, substituindo a família como factor essencial de crescimento e socialização – Nas histórias conhecidas, da negação à família enquanto instituição e espaço, surge uma rua que se apresenta como uma alternativa à mesma, e que se afirma o palco das vivências mais marcantes destas crianças. Penso que se pode concluir que a rua se assume de facto



como o habitat principal destas crianças, e as relações entre pares que aí se desenvolvem, como o factor essencial de crescimento e socialização referidos.

5. Sua condição os expõe a riscos consideráveis – Nos dias que correm é tema central de discussão o risco das vivências e das convivências na rua. Longe vão os tempos em que pais e educadores encontravam na rua um espaço são, uma alternativa ou um complemento à casa, à família. É portanto inegável o risco de se ser criança na rua.

De toda uma revisão bibliográfica relativamente à situação noutros países, nomeadamente países da América Latina e de África, que me foi pondo a par das suas (i)realidades antes mesmo de partir para a realidade no contexto do meu estudo, devo confessar, e cá está mais uma vez presente a não imunidade do sociólogo ao pré-juízo, ao pré-conceito, uma certa ingenuidade, uma certa infantilidade... *"Em Braga? Não! Não temos nada disto!"*.

Sabia da existência de algo que se ia comparando com o conhecido fenómeno dos meninos de rua do Brasil, mas isso acontecia lá longe, nas cidades grandes, no Porto e em Lisboa... Sabia da existência de crianças em situação de risco ou exclusão social, mas não tinha assim tanta certeza de que se pudesse falar de menino de rua na cidade de Braga, cidade em que eu vivo, que eu pensava conhecer. Não foi muito fácil, admito, juntar as peças do puzzle e construir uma realidade no fundo tão desconstruída.

Afinal, em Braga, cidade em que eu vivo e que eu julgava conhecer tão bem, também há crianças na rua, crianças que por várias razões, razões que se prendem sobretudo com a violência verbal e física a que foram sendo constantemente expostas, e com as condições de privação em que cresceram, vivem de costas voltadas para a família e para a escola, e procuram fazer da rua o seu espaço, o seu habitat por excelência! Não dormem na rua, mas ao contrário do que durante muito tempo se pensou, também noutras partes do mundo, nomeadamente no Brasil, nem todas dormem na rua.

Afinal, em Braga, algumas das famílias das crianças na rua que eu conheci, tal como noutras partes do mundo, também esperam pelas coisas que elas, que passam o dia na rua, conseguem, ao fim do dia, já noite, trazer para casa. A sobrevivência das crianças e das suas famílias pode constituir-se como uma razão de facto para a crescente dependência de ambas da rua.



Afinal, em Braga, tal como noutras partes do mundo, a maioria das crianças na rua são rapazes, eu não conheci aliás nenhuma rapariga.

Afinal, em Braga, tal como noutras partes do mundo, a idade em que mais se verifica a decisão de saída situa-se nos 7, 9 anos ...

Afinal as famílias das minhas crianças de Braga e as famílias das crianças de outras partes do mundo comungam de algumas características: são na sua grande maioria famílias numerosas e partilham do factor migração. São quase sempre mais de 6 elementos e as famílias não são da cidade, vieram de fora, sobretudo de comunidades rurais que se dispõem em torno da cidade, vieram por variadas razões, e apesar de não verem concretizado o sonho da cidade grande aí permanecem.

Afinal, tal como os meninos de rua das outras partes do mundo, também as minhas crianças na rua em Braga não escapam às teias do insucesso escolar, quase certo abandono na primeira oportunidade que surja... e até as causas se cruzam: desadequação da escola às suas necessidades e capacidades, fracasso das relações humanas dentro da instituição, dificuldades de aprendizagem, o chamamento da rua.

Afinal, também em Braga essas crianças vão chegando uma a uma, ou aos pares, não interessa para o caso, formam grupos, grupos em que cada um dos membros acaba por se revelar importante na vida do outro. Grupos que se organizam de acordo com as necessidades e as capacidades dos seus elementos... e esses grupos têm chefes... chefes que mandam de facto e a quem o resto do grupo deve obediência!

Afinal também roubam... fumam... drogam-se! Mas em Braga, o consumo das drogas é como que controlado pelo próprio grupo. A iniciação nas drogas (leves!), digamos que as primeiras experiências, verificam-se no seio do grupo. O consumo de drogas pesadas, a dependência de facto, chamemos-lhe assim, não é vista com bons olhos pelo grupo, levando, mais tarde ou mais cedo, à expulsão do membro que ousar a travessura.

Afinal também Braga teve de se organizar ao nível das instituições de apoio a crianças em situação de rua. Umas surgem como uma alternativa ao espaço rua, tentam resgatar crianças que por lá se vão perdendo, e apresentam-se como um complemento à família e à escola, a dada altura impotentes dada a realidade. Outras de acolhimento que recriam um espaço e um ambiente alternativo à casa, ao ambiente familiar e que recebem crianças efectivamente retiradas aos pais. Apesar de



reconhecer a necessidade, ou talvez a indispensabilidade deste tipo de instituição, e de respeitar o trabalho que por lá se vai fazendo, tal como Müller e Rodrigues (2002), parece-me "*muito perigoso que as soluções para os sujeitos da educação social estejam apenas dentro das instituições tradicionais. Existe o risco de termos somente especialistas tecnocráticos trabalhando ali, com regras de funcionamento já definidas*" (p. 83). Acredito, e ainda de acordo com as mesmas autoras, que a vida destas crianças merece, tal como a de todas as outras, uma multiplicidade de espaços que a comunidade, numa perspectiva mais local, e o Estado, numa perspectiva mais central e pública, deveriam, em nome de uma pretensa felicidade merecida, assegurar-lhes. O ocupar parte do tempo que as crianças não passam nem em casa, nem na escola, no caso das instituições de apoio, ou o fechá-las em centros de acolhimento, no segundo caso, não traz soluções aos problemas destas crianças, nem aos das suas famílias.

Afinal, afinal, afinal... afinal estava na hora de deixar cair por terra todo e qualquer juízo erradamente construído, estava na hora de permitir que se fizesse luz e que se repusesse a verdade.

Afinal estava na hora de constituir o fenómeno das crianças em situação de rua como um tema de discussão alargada ao poder local, ao poder central, às comunidades, à sociedade, ao país.

### Referencias Bibliográficas

- Bandeira, D. R., Koller, S. H., Hutz, C. S., e Forster, L. (1994). O quotidiano de meninos e meninas de rua, *XVII International School Psychology Colloquium*, Campinas, São Paulo.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Brito, S. M. O. (1992). *Trabalho e aspirações de meninos de rua*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (ed. policopiada).
- Christensen, P. e James, A. (org.) (2005). *Investigação com crianças, perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.
- Corsaro, W. A. (1997). *The sociology of childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Coulon, A. (1992). *L' école de Chicago*. Paris: PUF.
- Gonçalves, Z. A. (1979). *Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém*. Belém: Salesianos do Pará.
- Koller, S. H. e Hutz, C. S. (1996), *Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, diversidade e definição*. Colectâneas da ANPEPP: Aplicações da Psicologia na

Melhoria da Qualidade de Vida.

- Lucchini, R. (1993). *Enfant de rue: identité, survie, drogue*. Genève-Paris: Éd. Droz.
- Müller, V. R. e Rodrigues, P. C. (2002). *Reflexões de quem navega na educação social. Uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá, Paraná: Editora Gráfica Clichetec.
- Notto, A. R., Nappo, S., Galdurós, J. C. F., Mattei, R., e Carlini, E. A. (1993). *III Levantamento sobre o uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua de cinco capitais brasileiras*. Rio de Janeiro: CEBRID/ EPM.
- Oliveira, C. F. G. (1989). *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: UNICEF.
- Pais, J. M. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: INCM.
- Ribeiro, I. (1987). Sociedade e família no Brasil contemporâneo: de que menor falamos? In I. Ribeiro e M. L. V. A. Barbosa (Orgs.), *Menor e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola.
- Rizzini, I. (1986). A geração de rua: Um estudo sobre as crianças marginalizadas no Rio de Janeiro. *Série Estudos e Pesquisas*, 1. Rio de Janeiro: USU/CESME.
- Rizzini, I. (1992). *Life and Death of children in the streets: a marginalized and excluded generation in Latin American society*. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Económica Aplicada).
- Sebastião, J. (1995). Modos de vida marginais: o caso das crianças de rua em Lisboa. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE (ed. policopiada).
- UNICEF n.º 8 (1989). *Lineamentos para a aplicação da guia metodológica para a análise da situação de crianças em circunstâncias especialmente difíceis*. Bogotá: Ed. Guadalupe.